
BOLETIM MERCOSUL

Sergio Jbeili(1)

Este boletim apresenta um relato sucinto de alguns tópicos tratados na última reunião do Grupo Mercado Comum (abril/93), bem como descreve os principais temas discutidos nas duas últimas reuniões do Subgrupo de Trabalho nº 8 (SGT) – Política Agrícola, realizada em Brasília (março/93) e em Assunção (abril/93).

I – GRUPO MERCADO COMUM

Na IX Reunião do Grupo Mercado Comum – GMC, realizada nos dias 21 e 22 de abril de 1993 em Assunção, as delegações quadripartites analisaram, entre outros assuntos:

1. Acompanhamento das Tarefas dos SGT e Reuniões Especializadas

O GMC examinou os avanços realizados pelos distintos SGT e os

considerou em sua maioria satisfatórios. Estabeleceu, ainda, que na próxima reunião do GMC será revisado o Cronograma de Las Leñas, visando adequá-lo, de acordo com os avanços das negociações levadas a cabo pelos SGT, com vistas a uma consolidação dos trabalhos previstos e o estabelecimento de prioridades durante o período de transição, a fim de dar cumprimento ao Tratado de Assunção.

O GMC instruiu os Subgrupos de Trabalho, quanto aos se-

guintes pontos:

– Cada SGT deverá elaborar até outubro/93 uma lista das barreiras não tarifárias existentes nos produtos e/ou serviços afetos a sua área, de modo a ser incluído este tópico na próxima reunião do GMC, a realizar-se em outubro próximo.

– Antes da reunião do GMC agendada para dezembro/93, cada SGT apresentará uma proposta de Cronograma de harmonização/eliminação de suas barreiras não tarifárias, que pelo Tratado de Assunção deverá estar consolidada até 31.12.94.

– Instruiu-se o SGT nº 3, conforme recomendado pelo SGT nº 8, que inclua na harmonização de normas de classificação voluntárias e obrigatórias os produtos “in natura”, como prioritários em seu programa de trabalho.

– O SGT nº 8 informará os

(1) Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

setores considerados de maior prioridade para a elaboração de diagnósticos setoriais de formação profissional, a cargo da Comissão nº 4 do SGT nº 11.

– Os SGT nºs 3 e 8 foram instruídos, conforme Resolução 3/93 do SGT nº 8, para que realizem uma reunião “ad hoc” de coordenadores para tratar das normas técnicas que incidem sobre o complexo agropecuário.

2. V Reunião de Ministros de Economias e Presidentes de Bancos Centrais (23.04.93, em Assunção).

O grupo trocou idéias sobre a marcha do processo de integração e, com base neste temário, levou à consideração dos Ministros uma proposta de agenda para a reunião, que incluía os seguintes temas dos quais todos foram tratados:

– Informe sobre as políticas econômicas dos países membros em relação ao Mercosul.

– Coordenação de políticas macroeconômicas – Com referência à tarifa externa comum e aos desequilíbrios nos fluxos comerciais, os Ministros de Economia concordaram em instruir os SGT pertinentes à temática a avançarem na conformação de uma tarifa externa comum básica, além da identificação dos pontos onde se verificam divergências e apresentem recomendações concretas. Tais pontos deverão ser levados à consideração de um grupo “ad hoc” em nível de Vice-Ministros de Economia ou equivalentes, que se reunirá em princípio de junho próximo. As suas conclusões serão examinadas pelos Ministros de Economia, que se reunirão antes da próxima reunião do Conselho de Mercado Comum, prevista para 1º de julho em Assunção.

3. Protocolo de Brasília

O Protocolo de Brasília para solução de controvérsias entrará em vigor em breve, visto que o Uruguai já terminou o processo interno de ratificação do Protocolo e em breve depositará o respectivo instrumento em Assunção.

Os países se comprometem a

enviar as correspondentes listas de árbitros, antes da próxima reunião do GMC, agendada para final de junho na capital paraguaia.

4. Logotipo do MERCOSUL

O grupo acordou que os Coordenadores Nacionais elaborem num prazo de 30 dias propostas de logotipo, para que o GMC as apresente ao Conselho Mercado Comum – CMC e que este adote o logotipo definitivo em sua próxima reunião (1º de julho de 1993).

5. Aspectos Institucionais

Resolveu-se criar um grupo “ad hoc” ligado ao GMC, com o objetivo de subsidiá-lo quanto aos aspectos institucionais do MERCOSUL, com vistas à reunião preparatória sobre o tema, prevista no Cronograma de Las Leñas, a realizar-se em junho de 1992.

6. GATT

Estabeleceu-se a necessidade de unificar os critérios entre os Estados-Partes para a coordenação, em conjunto, dos temas que estão sendo tratados na Rodada Uruguai. Considerou-se conveniente que, em nível interno, os países membros do MERCOSUL realizem reuniões locais, a fim de se fixar posições comuns nos mencionados temas.

7. Tarifa Externa Comum – TEC

Instruiu-se o SGT nº 1 para que conclua com a maior brevidade possível a adaptação da nomenclatura de todo o elenco de produtos para o MERCOSUL, de modo a fornecê-la ao SGT nº 10 para a consecução de seus trabalhos.

O SGT nº 10 ficou também encarregado de apresentar uma proposta concreta, quanto aos níveis tarifários para os diferentes capítulos da nomenclatura, para a próxima reunião do GMC.

O referido tema deverá ser tratado por um grupo formado pelos Vice-Ministros da Economia ou equivalentes para um tratamento mais ágil a fim de permitir o cumprimento do Cronograma de Las Leñas.

8. Desequilíbrios dos Fluxos Comerciais

Considerando-se que ocorreram acentuados desequilíbrios no comportamento das variáveis que afetam mais diretamente o direcionamento dos fluxos de comércio intra-MERCOSUL, o Grupo achou por bem que o tema deve ser tratado no grupo formado pelos Vice-Ministros de Economia, visando agilizar o processo.

9. Outros Assuntos

Os coordenadores do MERCOSUL aprovaram uma carta endereçada à Bolívia, respondendo a uma solicitação feita por La Paz, em outubro de 1992, de maior aproximação com os quatro sócios. Convém salientar, que o governo boliviano não pediu para ser admitido como sócio, mas que apenas Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ampliassem as suas relações comerciais e econômicas com aquele país.

Os quatro países do MERCOSUL estão aprofundando as suas relações comerciais com a Bolívia. O Brasil, por exemplo, assinou um acordo de importação de gás e está negociando um acordo de complementação econômica. O Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, diz, em sua cláusula de adesão, que não será permitido o ingresso de países que estiverem participando de outros grupos regionais. A Bolívia faz parte do Pacto Andino.

MERCOSUL – CEE

Os fundos especiais no âmbito de cooperação MERCOSUL-CEE foram empregados, parcialmente, para financiar os seminários sobre qualidade de alimentos e reconversão agrícola, restando US\$ 300 mil correspondentes ao primeiro semestre de 1993, que ainda não foram utilizados.

Neste sentido, o Comitê Cooperação Técnica – CCT, na última reunião realizada em Bruxelas (janeiro/93), propôs que para as atividades previstas com os fundos especiais se estabeleça: um país responsável e uma presidência “pro-tempore” e que tenham a seu car-

go, de um lado a responsabilidade quanto a coordenação, organização, avaliação dos seminários e/ou cursos e, de outro lado, administração dos recursos necessários para essas atividades, respectivamente.

A princípio, estão programados seminários quanto aos seguintes temas: aspectos institucionais, comércio de serviços, formação profissional, tarifa externa comum, educação e política de concorrência.

Foram estabelecidas como áreas prioritárias para o intercâmbio de cooperação técnica as seguintes:

a) **Aduanas** (sede do projeto: Uruguai) – Foi realizada reunião nos dias 16 e 17 de março entre técnicos da CEE, o SGT nº 2 e o CCT, onde se elaborou o projeto e o respectivo Cronograma de atividades. Aguarda-se somente a aprovação da CEE, bem como a disponibilidade de fundos para a execução do projeto;

b) **Normas Técnicas** (sede do projeto: Brasil) – O projeto já está elaborado, mas ainda não se dispõe de uma definição do Cronograma de atividades e quantificação dos recursos financeiros necessários; e

c) **Agricultura** (sede do projeto: Paraguai) – Não existe ainda uma definição clara por parte da CEE sobre as atividades a serem desenvolvidas e os recursos necessários. Sugere-se, portanto, que seja realizada reunião técnica entre os representantes do SGT nº 8, da CEE e do CCT para se definir o programa e o cronograma de execução.

Finalmente, está em fase de execução o projeto de cooperação da CEE junto à Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

MERCOSUL – BID

De acordo com o previsto no convênio MERCOSUL-BID, assinado no dia 27 de março deste ano, em Hamburgo-Alemanha, realizou-se a I Reunião do Comitê de Programação e Avaliação nos dias 14 e 16 de abril em Montevideu, onde foram revistos os termos de referência preparados pelos SGT e se-

leccionados na área agrícola aqueles que estavam em condições de ser imediatamente implementados;

– Diagnóstico da competitividade agropecuária e agroindustrial em nível do MERCOSUL.

– Reestruturação e reconversão das atividades agropecuárias e agroindustriais.

II – SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 – POLÍTICA AGRÍCOLA

II.1. XI Reunião no SGT nº 8

Realizou-se em Brasília, no período de 09 a 12 de março de 1993, a XI Reunião do SGT nº 8, com a participação das delegações dos quatro países membros do MERCOSUL. Entre os temas tratados na agenda de trabalho, salientam-se:

– **Análise dos avanços da Comissão de Reconversão:**

Ratificou-se a proposta de estudo sobre reconversão no âmbito do projeto MERCOSUL-BID, tendo-se priorizado os setores e regiões a serem estudados por país:

a) Argentina – complexos: açucareiro de Tucuman; carne suína da região dos pampas; aves e ovos das regiões mesopotâmica e dos pampas e algodão no Nordeste da Argentina.

b) Brasil – cadeias produtivas: cebola (RS, SC, PR, SP e MG); lácteos (MG, RS, SC, PR e SP); milho (Região Sul); e alho (Região Sul).

c) Uruguai – complexos: vinícola (departamentos do Sul), hortícola (Canelones e San José); lácteos (Bacia leitera de Montevideu); e oleaginosos. O Paraguai ainda não definiu os setores prioritários.

– **Harmonização de políticas agrícolas:** foram apresentadas as planilhas com base na metodologia – GATT de cada um dos países, além de uma análise das informações sobre as respectivas políticas.

Diagnóstico de competitividade setorial em nível de MERCOSUL: ratificou-se a proposta de estudo sobre competitividade no âmbito do projeto MERCOSUL-BID. Listaram-se, em or-

dem de prioridade, as seguintes cadeias produtivas a serem incluídas no Plano Semestral: complexo oleaginoso, carne bovina, algodão, uvas/vinho, maçã e pera, aves e ovos, hortaliças, pêssego e ameixa, sucos, trigo e farinha, milho, banana, lácteos, produtos florestais, carne suína, melão e cítricos.

– **Barreiras a livre circulação de produtos agropecuários:** aprovou-se o programa acordado na Reunião Técnica (2 e 3 de março em Assunção) para a eliminação das barreiras não-tarifárias e harmonização da legislação sanitária e fitossanitária.

Com relação às demais barreiras de natureza não sanitária, os quatro países apresentarão, na próxima reunião do SGT nº 8, propostas para a sua eliminação.

Sustentabilidade dos recursos naturais e proteção ambiental no setor agropecuário: ratificou-se a proposta de estudo sobre a matéria no âmbito da cooperação MERCOSUL-BID, tendo a delegação brasileira se comprometido a detalhar, em tempo hábil, seu conteúdo e custo estimado.

– **Análise dos avanços da Cooperação MERCOSUL – CEE:** aprovou-se o “Projeto de Apoio à Modernização e Reconversão dos Pequenos Produtores do MERCOSUL” elaborado pelo IICA. Contudo, sugeriu-se que o mesmo seja reexaminado pelo IICA e revisado em alguns tópicos.

Comissão Açúcar-Álcool: aprovou-se o programa de trabalho proposto pela Comissão.

– Outros Assuntos:

– Criação de duas unidades de trabalho: Saúde Animal e Saúde Vegetal. Essas unidades deverão coordenar as demandas do SGT nº 8 com a CORESA e COSAVE.

– Cronograma de atividades do SGT nº 8 atualizado para o primeiro semestre de 1993.

– Participação dos produtores e trabalhadores rurais. Decidiu-se que a participação das entidades representativas dos produtores e trabalhadores rurais será admitida nos seminários de iniciativa privada

e nos grupos de trabalho, para análise comparativa das cadeias produtivas do SGT nº 8.

II.2. XII Reunião do SGT nº 8

A XII Reunião do SGT nº 8 foi realizada em Assunção nos dias 13 e 16 de abril de 1993. Em resumo, na agenda da reunião foram tratados, entre outros, os seguintes temas:

- Comissão de Reversão: confirmada a realização do Seminário de Reversão em Porto Alegre (dias 27 e 28 de abril) e a reunião da referida comissão nos dias 29 e 30 de abril.

- Política Tecnológica: aprovada a ata da Unidade de Política Tecnológica, devendo-se dar maior ênfase ao tema relativo à transferência tecnológica.

- Harmonização da Política Agrícola: decidiu-se criar a Unidade de Políticas, devendo tal unidade aprofundar-se sobre as seguintes análises: planilhas da medida global de ajuda de cada país, políticas horizontais e políticas por cadeias produtivas.

- Competitividade Setorial: decidiu-se avaliar a possibilidade de um Seminário sobre o tema. Argentina e Brasil apresentaram uma série de indicadores básicos para efeito de se iniciar análise da competitividade do MERCOSUL.

- Inclusão dos Pequenos e Médios Produtores ao processo de integração.

- Sanidade Animal e Vegetal: foi aprovada a proposta de Acordo Sanitário que será encaminhada para a próxima reunião do GMC. Além disso, o SGT nº 8 aprovou os projetos de resolução propostos pela Unidade de Sanidade Vegetal e os encaminhará ao GMC para

aprovação. São eles:

- Código de Conduta Regional para a introdução e liberação do meio ambiente de agentes de controle biológico;

- Proibição de inclusão de cláusulas adicionais no Certificado Fitossanitário Único;

- Proibição de importação de madeira com cortiça;

- Horário e Controle Fitossanitário Únicos e Simultâneos em Postos de Fronteira;

- Trânsito Internacional de Produtos Agrícolas.

- Unidade de Sementes:

Definição da terminologia (glossário): responsabilidade da delegação uruguaia, que apresentará proposta de harmonização para a próxima reunião.

- Normas gerais e específicas e os regulamentos por espécie: a cargo do Brasil, que deverá analisar o tema, visando buscar normas flexíveis, de acordo com a realidade dos países membros, de tal forma que facilite a obtenção de volumes significativos de sementes de qualidade, que possibilitem o aumento da produtividade nos distintos ramos de atividade agrícola.

- Requerimentos para o registro de produtores e de comerciantes de sementes: a Argentina ficou encarregada de realizar uma análise comparativa, considerando as diferenças e semelhanças dos requisitos exigidos nos respectivos países, a fim de apresentar uma proposta de harmonização para a próxima reunião.

- Laboratórios (nome, endereço, espécies analisadas, etc.): foram indicados os laboratórios habilitados para o MERCOSUL.

- Nomenclatura de mercadorias: deverá ser empregada uma

nomenclatura harmonizada com dígitos específicos, de acordo com o destino e utilização da semente, ou seja, sementeira ou propagação.

III - SEMINÁRIO SOBRE REVERSÃO

No I Seminário sobre Reversão das Atividades Agropecuárias e Agroindustriais no MERCOSUL, realizado em Porto Alegre nos dias 27 e 28 de abril, com apoio de recursos dos fundos especiais da Comunidade Européia, foram abordados os seguintes temas:

- Experiência de Reversão Européia com ênfase na indústria alimentar francesa;

- Experiência de Reversão Espanhola com ênfase na integração da Espanha na CEE;

- Experiência mexicana;

- Reversão e reestruturação produtiva na agricultura e na agroindústria para o MERCOSUL: apresentada por consultores brasileiros, assinala os fatores que geram a necessidade de reversão e as medidas de apoio às mesmas.

Destaca-se a linha adotada pelo México, principalmente quanto às estratégias de reversão daquele país:

1 - produzir o que o mercado demanda;

2 - fomentar a produção com qualidade;

3 - baixar os custos e aumentar os rendimentos;

4 - formar unidades de produção no campo que são verdadeiras empresas agropecuárias (crédito, assistência técnica, administração, economia de escalas, comercialização e distribuição).

5 - implementar formas técnicas que garantam o desenvolvimento das empresas e o nível de vida dos produtores.